



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO Nº 288/2023**

**ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO  
E LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DOS  
ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto no Art. 37, § 1º, da Lei Municipal nº 2.447/2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências;

- considerando o disposto no Art. 72, Incisos VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá ES;

- considerando a necessidade de atendimento e manutenção do equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas, na forma estabelecida no art. 1º, da Lei de Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, com condições básicas para a Regularização da gestão fiscal;

- considerando o disposto no art. 9º, da Lei de Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que preconiza sobre a limitação de empenho e movimentação financeira, quando constatado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais,

- considerando o disposto no art. 22 e 36, da Lei nº 2563, de 27 de abril de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2023, que determina sobre critérios e formas para limitação de empenho;

- considerando o Decreto 1.607/2022 que estabelece Metas Bimestrais de Arrecadação da Receita no exercício de 2023.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam estabelecidas as seguintes medidas de racionalização de gastos e limitação de empenho, a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo:

**I – restringir:**

**a)** a participação de servidores em cursos, congressos, seminários e outros eventos congêneres dentro e fora do Estado, assim como o pagamento de diárias, financiadas com recursos não vinculados de impostos;

**b)** a celebração de aditivos em contratos administrativos que representem aumento de quantitativo anteriormente contratado e que impliquem em acréscimo no valor do contrato, exceto os que visam à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato administrativo, conforme garantido no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que atendidos os demais requisitos legais exigidos para a revisão contratual;

**c)** a celebração de novos contratos de locação de imóveis destinados à instalação e ao funcionamento de órgãos e entidades do Poder Executivo que impliquem em acréscimo de despesa;



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**d)** a celebração ou prorrogação subvenções e contribuições que impliquem despesas correntes para o Município.

**II** - limitar o valor empenhado agregado dos gastos abaixo relacionados para o exercício 2023 à média do valor empenhado agregado dessas mesmas despesas em 2021 e 2022 por órgão e entidade:

- a)** material de consumo;
- b)** a concessão de diárias;
- c)** passagens e despesas com locomoção;
- d)** os contratos de vigilância, limpeza e conservação;
- e)** serviços de telecomunicações e
- f)** combustível e lubrificantes.

**III** - Vedar:

**a)** a celebração de termos de fomento, termos de colaboração, acordo de cooperação e termos de cooperação técnica e/ou contratos de patrocínio para o apoio municipal na realização de eventos, tais como festivais, festividades, feiras, encontros, gincanas, exposições, competições, campeonatos, torneios, maratonas, fóruns, congressos, convenções, mostras e quaisquer outras manifestações de caráter técnico-científico, recreativo, educacional, cultural, esportivo, trabalhista, artístico, socioeconômico ou turístico;

**b)** a cessões de servidores do Município para outros entes e de outros entes para o Município, com ônus para o município;

**c)** a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental sem a existência de dotação orçamentária e financeira;

**d)** a realização de eventos que envolvam a contratação de serviços de **buffet**, de **coffee break**, locação de espaço, iluminação, sonorização, equipamentos de palcos e palanques, e demais despesas afins.

**IV** - Deverá:

**a)** a administração Pública adotar medidas administrativas para otimizar o uso dos veículos, máquinas e equipamentos de forma a diminuir as despesas com combustíveis, lubrificantes, etc;

**b)** priorizar a utilização de recursos vinculados em relação aos recursos ordinários para fazer face às despesas correntes, sempre que permitidas, como também, adotar ações de redução de desperdícios e redução de despesas corporativa (água, energia, telefone, combustíveis, aluguéis, etc.)

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 24 de outubro de 2023.

**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO Nº 216/2023**

**PRORROGA O DECRETO Nº 110/2023 QUE ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal que trata do Limite Prudencial de gasto com pessoal;

- considerando o disposto no Art. 72, Incisos VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá ES.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica Prorrogado o prazo constante no Art. 3º do Decreto nº 110/2023 que estabelece limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito dos órgãos do poder executivo municipal e dá outras providências, por mais 90 (noventa) dias, podendo ser novamente prorrogado a critério da administração municipal.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 15 de agosto de 2023.

**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO Nº 110/2023**

**ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E  
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO  
DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando o disposto no Art. 37, § 1º, da Lei Municipal nº 2.447/2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências;

- Considerando o disposto no Art. 72, Incisos VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá ES.

- Considerando a necessidade de atendimento e manutenção do equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas, na forma estabelecida no art. 1º, da Lei de Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, com condições básicas para a Regularização da gestão fiscal;

- Considerando o disposto no art. 9º, da Lei de Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que preconiza sobre a limitação de empenho e movimentação financeira, quando constatado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;

- Considerando o disposto no art. 22 e 36, da Lei nº 2563, de 27 de abril de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2023, que determina sobre critérios e formas para limitação de empenho;

- Considerando o disposto no art.167-A da Constituição Federal, onde determina mecanismo de ajuste fiscal quando apurado, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes o percentual de 95% (noventa e cinco por cento);

- Considerando art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal que trata do Limite Prudencial de gasto com pessoal;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Para fins de contingenciamento, limitação de empenho e de movimentação financeira, fica vedado:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Art. 2º. O Prefeito Municipal poderá, excepcionalmente, autorizar despesas previstas no artigo 1º, desde que necessária ao funcionamento administrativo e essencial ao serviço público, por meio de despacho devidamente fundamentado.**

**Art. 3º.** Este Decreto terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado a critério da administração municipal.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º.** Revogam-se disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 17 de maio de 2023.

**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal